

O apagão Chinês trouxe o caos total ao sistema. Indústrias, comércios, escritórios, residências, trânsitos e tudo o mais que depende de energia elétrica ficaram parados. No Nordeste, por exemplo, até às 20 horas alguns estados ainda estavam sem energia. Quem vai pagar esse prejuízo desse governo entreguista de figuras nefastas e que foram apoiados por aqueles que saíram as ruas com as camisas da seleção. Cadê o pato?

A ASEN envia o informe emitido pelo CNE



PRIVATIZAR O SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO? NUNCA!!!

O APAGÃO CHINÊS: Maior apagão da história do Brasil, 70 milhões de pessoas atingidas

Ontem (21/03), grande parte do Brasil ficou às escuras, devido a um problema técnico ocorrido no Sistema Interligado Nacional – SIN, que culminou, segundo se apurou, no maior apagão da história do Brasil, deixando 14 estados parcialmente às escuras, alcançando 70 milhões de pessoas.

Tal problema traz à tona uma discussão necessária, que é sobre o processo de privatização do Setor Elétrico Estatal.

As diversas manchetes, no afã de trazerem informações em primeira mão, não conseguiram definir claramente o problema, e deram margem para todo o tipo de especulação, inclusive com informações desencontradas por parte do próprio ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho que, como sabemos, pouco sabe sobre o setor, ao dizer que *“o apagão ocorreu após uma falha na usina de Belo Monte, no Pará”*, enquanto a Celpa (Centrais Elétricas do Pará) informou que *“um problema na geração de energia da usina de Tucuruí, pode ter causado o apagão”*.

Depois de uma apuração mais detalhada, constatou-se que o problema se deu na Subestação Xingu, na saída da Linha de Transmissão de Corrente Contínua, da empresa Belo Monte Transmissora de Energia - BMTE que, ao contrário do que se chegou a afirmar, não pertence à Eletrobras Eletronorte e não é em Tucuruí. Segundo informações técnicas, durante testes na referida linha de transmissão, que transmitia 4GW de carga, houve uma falha, e a linha acabou saindo de serviço. Como a carga era muito alta, seu desligamento acidental provocou uma reação em cadeia. Segundo a página do ONS, a falha do disjuntor da linha na subestação Xingu, no Pará, ocorreu às 15h48 do dia 21/03/18. Em consequência, houve o desligamento automático de diversas linhas de transmissão em 500 kV, componentes dos troncos de interligação Norte/Nordeste/Centro-Oeste, Linhas de Corrente Alternada de Tucuruí-Manaus e Tucuruí-Vila do Conde, Linha de Corrente Contínua de ±800 kV Xingu-Estreito, entre outros, acarretando uma queda de carga no SIN da ordem de 18 GW (18 mil MW).

Como se vê, a empresa estatal Eletrobras Eletronorte não teve qualquer responsabilidade com o apagão, pois a SE Xingu é operada e mantida pela concessionária **Linhas de Xingu Transmissora de Energia** (controlada pelo **Grupo Espanhol Isolux**), e a LT CC ±800kV Xingu-Estreito é de responsabilidade da **BMTE**, que é uma concessionária do Grupo State Grid (Chinesa), justamente aquele que quer comprar a Eletrobras.

Entendemos que, em um momento como esse, é oportuno montar um grupo de técnicos, por iniciativa do Congresso Nacional, no âmbito das comissões dos

projetos de lei que estão tramitando, para analisar as causas da ocorrência e do blecaute, assim como sobre as responsabilidades relacionadas, visto que este fato poderá servir para nortear as decisões sobre o processo de privatização do grupo Eletrobras.

As inúmeras propostas de privatização da Eletrobras que chegaram ao congresso, tanto o PL 9463/2018 como a MP 814/2017, tratam o bem público Energia Elétrica como mercadoria, e isso vem sendo denunciado pelos trabalhadores em campanhas publicitárias, nos debates, nas mobilizações que têm feito em todos os cantos do país.

Deve-se levar em consideração, principalmente, os interesses decorrentes do envolvimento e as responsabilidades de diversos agentes privados e estatais de Geração, Transmissão e Distribuição, dentre os quais principalmente, a gigantesca chinesa State Grid.

Há que se avaliar, também, a atuação do ONS, nos seus estudos sistêmicos, na operação, programação de testes de manutenções do sistema.

Também precisam responder pela atual vulnerabilidade do SIN a Empresa de Pesquisa Energética - EPE e a Aneel, envolvidas no planejamento da expansão das usinas de geração e linhas de transmissão, e na regulação e fiscalização das obras, justamente pela não construção de 5000 km de Linhas de Transmissão pela empresa privada Abengoa;

Diga-se, de passagem, que a ANEEL impõe pesadas multas às empresas nacionais, quando acontecem eventos dessa natureza, todavia, a informação que recebemos é que não haverá multa para a empresa do grupo State Grid.

Por fim, é preciso denunciar a omissão das grandes empresas de informação, sobre as responsabilidades pela concessão da Subestação Xingu, pelo seu projeto, pelos contratos de fornecimento, e pela própria operação.

Os equipamentos que apresentaram falha tiveram projeto, fornecimento, montagem, testes e colocação em operação pelos chineses da State Grid.

Toda essa situação demonstra que privatizar um setor estratégico, como o setor energético, e deixar a vida da população, a economia, a indústria sujeita a interesses privados, que visam o lucro em detrimento do bem público, é a pior das escolhas para o nosso país.

Isso nos faz lembrar do desastre ambiental de Mariana, até hoje sem a devida punição aos culpados.

A energia elétrica não pode ser vista somente como mercadoria, e a Eletrobras não deve servir como um mero ativo a ser vendido, para fechar o rombo fiscal criado pelo próprio governo, e que agora começa a mostrar o quanto nos está deixando vulneráveis.